



Demonstrações Contábeis 2021

CAZUZA FERREIRA ENERGÉTICA S.A.
CNPJ: 17.201.404/0001-46
NIRE: 43300055361

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores Expressos em Reais)

Descrição das Contas	Notas Explicativas	2020	
		2021	(reapresentado)
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.1 e 4.1	3.740.254,04	5.192.665,15
Clientes	3.2	1.158.106,84	922.742,28
Tributos e Contrib.Sociais a Compensar	4.2	971,62	1.595,71
Estoques	3.4	59.633,91	59.633,91
Outros Adiantamentos		729,80	68.557,91
Outros Créditos		14.975,86	14.880,72
Total do CIRCULANTE		4.974.672,07	6.260.075,68
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		-	7.734,23
Total do REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		-	7.734,23
Investimentos	4.5	26,07	25,04
Imobilizado	3.5 e 4.5	28.311.229,81	29.265.970,28
Intangível	3.5 e 4.5	213.754,73	137.336,92
Total do NÃO CIRCULANTE		28.525.010,61	29.411.066,47
Total do ATIVO		33.499.682,68	35.671.142,15
PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	3.8	20.225,38	14.206.004,18
Empréstimos e Financiamentos	4.3	4.011.566,65	2.806.090,48
Tributos e Contribuições Sociais a Pagar	4.4	150.178,16	135.433,10
Total do CIRCULANTE		4.181.970,19	17.147.527,76
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	4.3	24.337.676,08	20.504.644,16
Total do NÃO CIRCULANTE		24.337.676,08	20.504.644,16
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	6	4.600.000,00	4.600.000,00
Reservas de Lucros	9	380.036,41	-
Prejuízo Acumulado		-	(6.581.029,77)
Total do PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.980.036,41	(1.981.029,77)
Total do PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.499.682,68	35.671.142,15

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

São Francisco de Paula, 31 de dezembro de 2021

Eríneo José Hennemann
 Dir. Presidente-CRA-23862
 CPF 215.132.010-34

Ramon Sippel Dörr
 Contador -CRC/RS 089683/O-5
 CPF-006.835.890-32

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Valores Expressos em Reais)

Descrição das Contas	Notas Explicativas	2021	2020 (reapresentado)
Receita Operacional		18.126.780,55	12.786.908,12
(-)Deduções da Receita Bruta		(661.627,50)	(466.722,15)
Receita Operacional Líquida		17.465.153,05	12.320.185,97
Custos Operacionais		(4.777.470,07)	(16.321.217,67)
Lucro Operacional Bruto		12.687.682,98	(4.001.031,70)
Despesas Operacionais			
Despesas de Comercialização		(107.953,79)	(106.343,48)
Despesas Administrativas		(397.502,74)	(392.592,85)
Despesas com Operação		(2.247.622,21)	(2.096.385,76)
Total das DESPESAS OPERACIONAIS		(2.753.078,74)	(2.595.322,09)
Outras Receitas		11.607,17	6.249,22
Resultado antes da Receita e Despesa Financeira		9.946.211,41	(6.590.104,57)
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras	4.6	(2.603.917,62)	(1.819.355,64)
Receitas Financeiras	4.6	178.511,14	143.018,56
Total do RESULTADO FINANCEIRO		(2.425.406,48)	(1.676.337,08)
Resultado antes da CSLL e IRPJ		7.520.804,93	(8.266.441,65)
Provisão p/CSLL e IRPJ	3.10	(559.738,75)	(407.230,40)
Resultado Líquido do Exercício		6.961.066,18	(8.673.672,05)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em reais)

Histórico	Capital Social	Resultado do Exercício	Reserva de Lucros	Prejuízo Acumulado	Totais
Saldo em 31/12/2019	4.600.000,00	-	6.292.642,28	-	10.892.642,28
Resultado Líquido Exercício	-	5.520.427,76	-	-	5.520.427,76
Pagamento de dividendos (Nota 09)	-	-	(4.200.000,00)	-	(4.200.000,00)
Transf.p/Reserva Especial (Nota 09)	-	(5.244.406,37)	5.244.406,37	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	(276.021,39)	276.021,39	-	-
Saldo em 31/12/2020	4.600.000,00	-	7.613.070,04	-	12.213.070,04
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(8.673.672,05)	(5.520.427,76)	-	(14.194.099,81)
Transf. p/Prejuízo Acumulado	-	8.673.672,05	(2.092.642,28)	(6.581.029,77)	-
Saldo em 31/12/2020 (reapresentado)	4.600.000,00	-	-	(6.581.029,77)	(1.981.029,77)
Resultado Líquido Exercício	-	6.961.066,18	-	-	6.961.066,18
Pagamento de dividendos (Nota 09)	-	-	-	-	-
Compensação de Prejuízo	-	(6.581.029,77)	-	6.581.029,77	-
Transf.p/Reserva Especial (Nota 09)	-	(361.034,59)	361.034,59	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	(19.001,82)	19.001,82	-	-
Saldo em 31/12/2021	4.600.000,00	(0,00)	380.036,41	-	4.980.036,41

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

São Francisco de Paula, 31 de dezembro de 2021

Erineo José Hennemann
Dir. Presidente-CRA-23862
CPF 215.132.010-34

Ramon Sippel Dörr
Contador -CRC/RS 089683/O-5
CPF-006.835.890-32

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Método Indireto

(Valores expressos em reais)

<u>Descrição das Contas</u>	<u>Notas Explicativas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u> <u>(reapresentado)</u>
Resultado Líquido do Exercício		6.961.066,18	(8.673.672,05)
Ajustes no Resultado Líquido do Exercício			
Depreciação e Amortização		998.674,62	998.328,60
Total de Ajustes no Result.Líquido do Exercício		998.674,62	998.328,60
Resultado Líquido Ajustado		7.959.740,80	(7.675.343,45)
Varição do Ativo e Passivo Operacional			
Contas a Receber e outros		(159.273,27)	(129.637,08)
Fornecedores		(14.185.778,80)	14.192.175,92
Contas a Pagar e Provisões		14.745,06	21.704,32
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		(14.330.307,01)	14.084.243,16
Atividades de Investimento			
Aquisição de Investimentos	4.5	(1,03)	(0,70)
Aquisição de Imobilizado	4.5	(43.934,15)	(5.010,00)
Aquisição de bens Intangíveis	4.5	(76.417,81)	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento		(120.352,99)	(5.010,70)
Atividades de Financiamento			
Variação de Empréstimos		5.038.508,09	(441.480,43)
Pagamento de dividendos		-	(4.200.000,00)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento		5.038.508,09	(4.641.480,43)
Varição Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.452.411,11)	1.762.408,58
Saldo Inicial do Caixa e Equivalentes de Caixa		5.192.665,15	3.430.256,57
Saldo Final do Caixa e Equivalentes de Caixa		3.740.254,04	5.192.665,15
Varição do Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.452.411,11)	1.762.408,58

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

São Francisco de Paula, 31 de dezembro de 2021

Erineo José Hennemann
Dir. Presidente-CRA-23862
CPF 215.132.010-34

Ramon Sippel Dörr
Contador -CRC/RS 089683/O-5
CPF-006.835.890-32

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Findas em 31 de dezembro de 2021

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

Cazuza Ferreira Energética S.A. sociedade empresária anônima de capital fechado, com sede na Vila Cazuza Ferreira, no município de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul, tem como principal objetivo a produção independente de energia elétrica mediante exploração do potencial hidrelétrico denominado de PCH Cazuza Ferreira, no rio Lajeado Grande, afluente da margem direita do rio Taquari-Antas, bacia hidrográfica do Atlântico - Trecho Sudeste, no município de São Francisco de Paula, no Estado do Rio Grande do Sul, conforme despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A usina foi inaugurada em 19/02/2016 e entrou em operação comercial em 17/03/2016, dentro do prazo estabelecido no cronograma homologado pela ANEEL.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Cazuza Ferreira Energética S.A., foram elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as empresas de pequeno e médio porte, as quais incluem as Normas Brasileiras de Contabilidade, a Lei das Sociedades por Ações e aspectos específicos do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e outros normativos emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais. As normas contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As Demonstrações Contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 encontram-se apresentadas em Reais (R\$), sendo esta sua moeda funcional.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa compreendem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e as aplicações financeiras de curto prazo. São classificados como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério *pro rata*, que equivalem aos valores de mercado.

3.2 – Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia. Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de multa e correção monetária, quando aplicáveis.

3.3 – Estimativa para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa

A empresa entende não haver necessidade de constituição de estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa, considerando não haver risco de perdas com estes créditos.

3.4 – Estoques

Os Estoques estão registrados pelo custo de aquisição e são compostos por Componentes Menores – COM. Conforme o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, cuja revisão foi aprovada pela Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, o Componente Menor – COM, corresponde a parcela de uma Unidade de Adição e Retirada - UAR, que, quando adicionada, retirada ou substituída, não deve refletir nos registros contábeis do Ativo Imobilizado da Autorizada. Entretanto, ocorrendo a adição em conjunto com a Unidade de Adição e Retirada - UAR, do Componente Menor – COM, este deve integrar o custo da mesma.

3.5 – Imobilizado e Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou construção, com a inclusão dos encargos financeiros incorridos durante o período de construção, deduzidos da depreciação ou amortização calculada pelo método linear.

3.6 – Avaliação do Valor de Recuperação dos Ativos

Considerando o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelo empreendimento, entende a administração, não haver indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo imobilizado e intangível excedam o seu valor recuperável.

3.7 – Regime de Escrituração

A empresa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

3.8– Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando cabíveis, dos correspondentes encargos e variações monetários incorridos até a data do balanço. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a empresa possui uma obrigação real ou legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.9 – Ajuste a Valor Presente

O ajuste a valor presente, previsto na NBC TG 1.000 (R1) seção 11 aprovada pela Resolução 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade, prevê que, no caso eventual de existir algum componente que esteja registrado a valor futuro é necessário que seja procedido o cálculo do ajuste a valor presente. Findo o exercício de 2021, não foram identificadas operações que estivessem sujeitas ao ajuste a valor presente, em virtude de seu vencimento ocorrer próximo ao encerramento do exercício social e/ou da irrelevância do seu montante.

3.10 – Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS

A empresa adotou em 2021 o Lucro Presumido como regime tributário para apuração dos impostos. O imposto de renda do exercício foi calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável quando cabível. A Contribuição Social foi calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As contribuições para o PIS e a COFINS foram apuradas com base no regime da Cumulatividade. Os valores dos impostos no exercício são:

Descrição do Imposto	Valor-R\$
Imposto de Renda	357.237,02
Contribuição Social	202.501,73
PIS	117.824,07
COFINS	543.803,43

4 – DETALHAMENTO DE SALDOS E OUTRAS INFORMAÇÕES

4.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição das Contas	2021	2020
Bancos conta Movimento	5.506,27	2.667,56
Aplicações de Liquidez Imediata	3.734.747,77	5.189.997,59
Totais	3.740.254,04	5.192.665,15

4.2 – Tributos a Recuperar/Compensar

Descrição	2021	2020
Ativo Circulante	971,62	1.595,71
ICMS a Recuperar/Compensar	971,62	1.595,71

4.3 – Empréstimos e Financiamentos

Instituição financeira	Modalidade	Encargos	Amortização	Vencimento	Saldo Devedor (R\$)	
					Curto prazo	Longo Prazo
BADESUL Desenvolvimento S.A.	CRÉDITO FIXO BNDES/ FINAME PSI	6,00% a.a.	Mensal	15/12/2024	901.417,55	2.017.726,22
BADESUL Desenvolvimento S.A.	BNDES/AUTOMÁTICO-SUBCR.-A	TJLP+5,50% a.a.	Mensal	15/12/2030	879.013,79	7.325.114,91
BADESUL Desenvolvimento S.A.	BNDES/AUTOMÁTICO-SUBCR.-B	SELIC+3,70% a.a.	Mensal	15/12/2030	1.031.815,55	8.598.462,93
Sicredi Ouro Branco RS	EMPRÉSTIMO CCB	CDI+6,17% a.a.	Mensal	22/04/2028	1.199.319,76	6.396.372,02
SALDOS EM 31/12/2021					4.011.566,65	24.337.676,08
SALDOS EM 31/12/2020					2.806.090,48	20.504.644,16

As garantias das operações "BNDES/AUTOMÁTICO SUBCR.-A e B" são compostas por hipotecas, cessão fiduciária, penhor e fiança. No caso da operação "CRÉDITO FIXO BNDES/FINAME PSI", compõem as garantias, a alienação fiduciária, a cessão fiduciária, o penhor e fiança.

4.4 – Obrigações Tributárias

Descrição das Contas	2021	2020
Imposto de Renda	67.729,50	58.209,66
Contribuição Social	39.969,86	36.238,81
PIS	7.306,68	6.922,04
COFINS	33.723,16	31.947,87
Imposto de Renda na Fonte	285,84	447,86
Retenção PIS/COFINS/CSLL	970,62	1.465,4
Retenção de INSS	192,50	201,46
Total	150.178,16	135.433,10

4.5 – Evolução de Investimentos, Imobilizado e Intangível

Descrição das Contas	2021				2020
	Aquisições (Baixas)	Depreciação	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Valor Contábil
INVESTIMENTOS					
Participação Societária	1,03	-	-	26,07	25,04
Total de INVESTIMENTOS	1,03	-	-	26,07	25,04
IMOBILIZADO em Serviço					
Reservatórios, Barragens e Adutoras	40.574,15	94.820,34	529.103,64	4.249.108,89	4.303.355,08
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	454.172,88	2.532.798,50	13.719.463,27	14.173.636,15
Terrenos	-	-	-	359.865,97	359.865,97
Máquinas e Equipamentos	-	448.920,12	2.497.519,42	9.954.118,33	10.403.038,45
Móveis e Utensílios	-	761,28	4184,58	7.995,58	8.756,86
IMOBILIZADO em Curso					
Máquinas e Equipamentos	3.360,00	-	-	11.713,62	8.353,62
Terrenos	-	-	-	8.964,15	8.964,15
Total do IMOBILIZADO	43.934,15	998.674,62	5.563.606,14	28.311.229,81	29.265.970,28
INTANGÍVEL em Serviço					
Servidão de Passagem	49.946,69	-	-	187.283,61	137.336,92
INTANGÍVEL em Curso					
Servidão de Passagem	26.471,12	-	-	26.471,12	-
Total do INTANGÍVEL	76.417,81	-	-	213.754,73	137.336,92

Os valores de depreciação e amortização resultaram num encargo ao longo do exercício de 2021 de R\$ 998.674,62. As taxas aplicadas são as definidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, cuja revisão foi aprovada pela Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

A instituição do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE atende a necessidade de controle do cadastro e das movimentações dos bens e instalações do Setor Elétrico brasileiro pelas concessionárias, permissionárias, autorizadas e pelo Órgão Regulador, para acompanhamento patrimonial e avaliação dos ativos em serviços outorgados de energia elétrica, tanto para fins tarifários como para fins de reversão.

4.6 – Resultado Financeiro

Descrição das Contas	2021	2020
DESPESAS FINANCEIRAS	2.603.917,62	1.819.355,64
Juros de Mora	73,90	116,02
Juros e Comissões Bancárias	2.162,10	2.190,38
Multas de Mora	3,46	1.635,12
Desp. Financeira c/Empréstimos e Financiamentos	2.601.678,16	1.815.414,12
RECEITAS FINANCEIRAS	178.511,14	143.018,56
Descontos Obtidos	0,14	0,16
Variações Monetárias Ativas	0,07	0,01
Juros S/ o Capital Próprio Recebidos	1,03	0,70
Rendimento de Aplicações	178.509,90	143.017,69
RESULTADO FINANCEIRO	(2.425.406,48)	(1.676.337,08)

5 – Partes Relacionadas

Operações com partes relacionadas podem ocorrer por transferência de recursos, venda ou compra de serviços com controladas e/ou com empresas de significativa relação administrativa. Abaixo segue o quadro com as informações de operações realizadas com partes relacionadas ao longo do exercício.

Partes Relacionadas	Movimento no Exercício	Saldo
Cooperativa Regional de Desenvolvimento Teutônia	723.580,69	-
Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia	2.978,41	494,24
Certel Artefatos de Cimento Ltda	10.130,00	-
Cooperativa de Geração de Energia e Desenv.-COPREL	38.952,12	3.246,01
Geocenter Consultoria e Projetos Ltda.-ME	132.861,21	-
Totais	908.502,43	3.740,25

6 – CAPITAL SOCIAL

O capital social da Cazuza Ferreira Energética S.A. é de R\$ 4.600.000,00, totalmente integralizado, dividido em 4.600.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, referente a três acionistas, em 31 de dezembro de 2021.

7 – RISCOS INERENTES À ATIVIDADE

A avaliação da administração com relação aos riscos inerentes às atividades desenvolvidas pela Cazuza Ferreira é de que não são considerados relevantes. Relacionamos a seguir outros fatores de risco que podem afetar os negócios.

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos (captados) e ativos (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros a empresa adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

Risco de Crédito: advém da possibilidade de a Cazuza Ferreira não receber valores decorrentes das operações ou de créditos devidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: está relacionado à escolha da administração em adotar determinada estrutura de financiamentos para suas operações.

Risco de Liquidez: É o risco de a Cazuza Ferreira não possuir recursos financeiros suficientes em uma data prevista para honrar seus compromissos, em razão de descasamentos entre fluxos de pagamentos e de recebimentos, seja por dificuldade em realizar seus ativos (por falta de preços ou de liquidez de mercado) ou pela dificuldade para obter financiamento de sua posição de caixa e com isso manter suas obrigações adimplentes

8 – INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

A empresa não possui aplicações em instrumentos financeiros derivativos, tais como hedge, swap e outros.

9 – RESERVA DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, conforme também prevê o estatuto da companhia em seu art. 29 alínea "a".

A reserva especial, prevista no art. 202, §4º e 5º da Lei nº 6.404/76, é constituída de dividendos a serem distribuídos quando a situação financeira da empresa permitir e a direção e conselho fiscal assim deliberarem.

A administração da empresa, em reunião realizada, com base em seu planejamento orçamentário para 2021, optou por não realizar a distribuição de dividendos.

10 – AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A empresa possuía em andamento, uma Ação Ordinária com Requerimento de Antecipação dos Efeitos da Tutela contra a União Federal, Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE com finalidade de sustar, até o trânsito em julgado da ação, o ajuste do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia em relação à PCH Cazuza Ferreira, em montante inferior à soma da Garantia Física (Energia Assegurada da usina). A ação também visava excluir a Cazuza Ferreira Energética S.A. do eventual rateio que a CCEE possa promover judicial ou administrativamente, bem como determinar que a UNIÃO, a ANEEL e a CCEE se abstenham de declarar a inadimplência da empresa, enquanto persistirem os rateios dos efeitos financeiros de decisões judiciais em processos de terceiros que discutem a redução do GSF – Generation Scaling Factor das usinas hidrelétricas que participam do MRE.

No decorrer deste exercício (2021), embasada em opinião da assessoria jurídica, a diretoria da empresa determinou o pagamento dos valores devidos, totalizando R\$ 14.837.164,57. Deste montante, o valor de R\$ 14.194.099,81 foi registrado em conta de ajuste de exercícios anteriores, de modo que as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2020 está sendo reapresentada com os reflexos do ajuste realizado.

O ajuste impactou no patrimônio líquido do exercício de 2020 (exceto o capital social) da empresa conforme segue:

Resultado Líquido do Exercício antes dos ajustes	5.520.427,76
Ajuste de exercício anterior	-14.194.099,81
Resultado Líquido do Exercício após os ajustes	-8.673.672,05
Patrimônio Líquido antes dos ajustes	12.213.070,04
Reversão de Reservas	-7.613.070,04
Transf. p/Prejuízo Acumulado	-6.581.029,77
Patrimônio Líquido após os ajustes	-1.981.029,77

11 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação (14/01/2021), que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

São Francisco de Paula/RS, 31 de dezembro de 2021.

ERINEO JOSE
HENNEMANN:215
13201034

Assinado de forma digital por
ERINEO JOSE
HENNEMANN:21513201034
Dados: 2022.01.17 16:05:55
-03'00'

Eríneo José Hennemann
Diretor Presidente
CPF 215.132.010-34

RAMON SIPPEL
DORR:00683589032

Assinado de forma digital por
RAMON SIPPEL
DORR:00683589032
Dados: 2022.01.17 14:36:27 -03'00'

Ramon Sippel Dörr
Contador – CRC/RS-089683/O
CPF 006.835.890-32

DIRETORIA E CONSELHO FISCAL

DIRETORIA

Eríneo José Hennemann – Diretor Presidente
Jânio Vital Stefanello – Diretor Administrativo
Júlio Cesar Salecker – Diretor Técnico

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares
Eliseu Vieira de Lima
Júlio Moretti Gross
Ivo Edgar Poersh

Membros Suplentes
Marcos Luiz Eidt
Ernani Aloísio Mallmann
Lucas de Castro Gross

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores da
Cazuza Ferreira Energética S.A.
São Francisco de Paula – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cazuza Ferreira Energética S.A.**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cazuza Ferreira Energética S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades de pequeno e médio porte - NBC TG 1.000 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota Explicativa 10, a empresa possuía contingência referente ação movida contra a União, Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), visando elidir a cobrança da GSF (Generation Scaling Factor). No decorrer deste exercício, seguindo as orientações da assessoria jurídica e a remota perspectiva de êxito nas ações, a Diretoria da Empresa determinou o pagamento das taxas devidas, totalizando R\$ 14.837.164,57. Deste montante, o valor de R\$ 14.194.099,81 foi registrado em conta de ajuste de exercícios anteriores, de modo que as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2020 está sendo reapresentada com os reflexos do ajuste realizado.

A nossa opinião, emitida no parágrafo acima, não se modifica em face do assunto enfatizado.

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas e o relatório de opinião emitido em 15 de janeiro de 2021, sem ressalvas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e apurar se existe inconsistência relevante com as demonstrações contábeis ou, com base no conhecimento obtido na auditoria, aparenta estar distorcido de forma relevante, e comunicar esses fatos em nosso relatório. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações contábeis foi submetida para fins de apreciação e manifestação.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. A administração elaborou as demonstrações contábeis valendo-se do pressuposto da continuidade operacional.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

b) Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Porto Alegre/RS, 14 de janeiro de 2022.



José Roberto Simas - Resp. Técnico
Contador CRC RS 062801/O-1

Assinado digitalmente por
JOSE ROBERTO SIMAS:
67179843091
Localização: Porto Alegre
Data: 2022-01-15 12:26:
23



José Carlos Faccio Suzin
Contador CRC RS 049550/O-4

DICKEL & MAFFI – AUDITORIA E CONSULTORIA SS
Registro CRC RS 3.025